



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

**LEI N.º 927, DE 19 DE JULHO DE 2022.**

**DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal, bem como os arts. 70 e 71 da Lei Orgânica Municipal, e demais normas que regem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1.º** O Orçamento do Município de Rio Novo do Sul, Estado do Espírito Santo, para o exercício de 2023, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, do art. 4.º, da Lei Complementar n.º 101/2000, e na Lei Orgânica Municipal, compreendendo:

- I** - As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II** - A estrutura e organização dos orçamentos;
- III** - As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV** - As diretrizes para execução da Lei Orçamentária Anual;
- V** - As disposições relativas com despesas de pessoal e encargos sociais;
- VI** - As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII** - As disposições finais.

#### **CAPÍTULO II DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 2.º** As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2023 são aquelas estabelecidas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei - Anexo I, em consonância com o Planejamento da ação governamental pelo Plano Plurianual 2022/2025, tendo como prioridades:

- I** - A universalização e o acesso aos direitos fundamentais básicos de educação e saúde de qualidade, habitação e saneamento básico, e promoção das políticas públicas de assistência



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

social e proteção especial a criança e adolescentes;

**II** - O desenvolvimento econômico com ênfase na redução das desigualdades e a ampliação das oportunidades de trabalho digno, através de programas de desenvolvimento autossustentável, de apoio ao desenvolvimento local e de promoção do turismo sustentável e incentivo à industrialização;

**III** - O desenvolvimento urbano com qualidade de vida e defesa do meio ambiente;

**IV** - A promoção da articulação e integração entre os Órgãos e as políticas públicas, visando garantir maior eficiência à gestão;

**V** - A implantação de mecanismos de participação direta da população na gestão da cidade, promovendo a transparência, o acesso às informações e a elaboração democrática das leis orçamentárias;

**VI** - A disseminação do uso da tecnologia da informação como forma simplificada de acesso da comunidade aos serviços públicos;

**VII** - A melhoria da qualidade do gasto público, mediante o aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle, e redução dos déficits orçamentários do Setor Público Municipal, tendo em vista o atendimento do saneamento das finanças públicas; incentivar a prática de esporte na Rede Pública Municipal de Ensino; e,

**VIII** - Incentivo e investimento nas atividades Culturais e Esportivas no Município.

**Parágrafo único.** As metas e prioridades constantes no Anexo de Metas e Prioridades desta Lei terão precedência na alocação de recursos no orçamento de 2023, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 3.º** O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo classificação funcional programática, especificando para cada projeto, atividade ou operação especial de valores da despesa por natureza, grupo, modalidade de aplicação e elemento da despesa.

**§ 1.º** É dispensada a autorização legislativa específica para inclusão de nova fonte de recurso em elemento de despesa já previsto na ação.

**§ 2.º** Na indicação do grupo de despesa a que se refere o caput deste artigo será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria n.º 42 de 14 de abril de 1999 e a Portaria n.º 163 de 04 de maio de 2001 do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria de Orçamento Federal, bem como suas posteriores alterações:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

- a) Pessoal e encargos sociais (1);
- b) Juros e encargos da dívida (2);
- c) Outras despesas correntes (3);
- d) Investimentos (4);
- e) Inversões financeiras (5);
- f) Amortização da dívida (6); e
- g) Reserva de Contingência (9).

§ 3.º Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da Administração se exprimem, são aqueles constantes do Plano Plurianual 2022/2025 e suas posteriores alterações.

§ 4.º A reserva de contingência, prevista no art. 27 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

**Art. 4.º** Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I** - Função, maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;
- II** - Subfunção, como uma partição da função visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
- III** - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- IV** - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo;
- V** - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; e
- VI** - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1.º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis por sua realização.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

§ 2.º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção, o programa de governo, a unidade e o Órgão orçamentário, às quais se vinculam.

§ 3.º As categorias de programação de que se trata esta Lei serão identificadas por programas, projetos, atividades e operações especiais.

**Art. 5.º** O projeto de Lei Orçamentária Anual será constituído de:

I - Texto da Lei;

II - Quadros orçamentários consolidados, conforme definidos no inciso II, art. 22 da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964;

III - Anexo do Orçamento Fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - Demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes no Anexo de Metas Fiscais, em cumprimento ao art. 5.º da LC n.º 101/2000; e

V - Demonstrativo das medidas de compensação a renúncias de receitas e ao aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme definição do art. 5.º da LRF.

**Art. 6.º** O Orçamento compreenderá a programação dos Poderes do Município, seus Fundos e Órgãos mantidos pelo Poder Público.

**Art. 7.º** Para efeito no disposto nesta Lei, a proposta orçamentária do Poder Legislativo, IPASNOSUL e do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, integrarão o projeto de Lei orçamentária para fins de consolidação.

**Art. 8.º** O percentual da Proposta Orçamentária da Câmara Municipal deverá vir definido na Lei Orçamentária Anual e será de 7% (sete por cento) dos Impostos e Transferências Constitucionais previstos para o exercício de 2022, definidos no Anexo de Metas Fiscais que acompanha esta Lei.

**Parágrafo único.** Os repasses do duodécimo serão efetuados mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, calculado conforme Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000, tendo como base a receita efetivamente realizada no exercício anterior conforme determina o art. 29-A, da Constituição Federal.

**Art. 9.º** O Projeto de Lei Orçamentária poderá incluir programação condicionada, constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2022/2025, que tenham sido



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

objeto de projetos de lei.

### **CAPÍTULO IV** **DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES**

**Art. 10.** No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2023, conforme Anexo de Metas Fiscais - Anexo II desta Lei.

**Art. 11.** O orçamento do Município de Rio Novo do Sul para exercício de 2023 será elaborado visando garantir o equilíbrio fiscal e a manutenção da capacidade própria de investimento.

**Parágrafo único.** A elaboração do projeto, a aprovação e a execução Orçamentária de 2023 deverá ser realizada de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o Princípio da Publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**Art. 12.** O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelecido no art. 12, § 3.º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 13.** O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para fins de consolidação ao Poder Executivo até 30 de AGOSTO do corrente.

**Art. 14.** O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal o Projeto de Lei Orçamentária Anual nos termos do art. 135, § 5.º da Lei Orgânica Municipal, até 30 de setembro do corrente.

**Art. 15.** Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus Créditos Adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e avaliação dos resultados dos programas de governo.

**Art. 16.** Na programação da despesa serão observadas restrições no sentido de:

- I** - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II** - Não poderão ser incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

Especial, exceto os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3.º, da Constituição Federal;

**III** - Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

**Art. 17.** Na programação dos investimentos em novos projetos somente serão incluídos na Lei Orçamentária Anual depois de atendidos os em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada à contrapartida das operações de crédito.

**Parágrafo único.** Os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

**Art. 18.** A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual e suas posteriores alterações ou em Lei que autorize sua inclusão.

**Art. 19.** As dotações a título de Subvenções Sociais e Auxílios a Entidades privadas sem fins lucrativos, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual e em seus respectivos créditos adicionais serão autorizadas através de Lei específica, obedecerão ao disposto no art. 16 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, e serão definidas em Anexo integrante da Lei Orçamentária Anual.

**§ 1.º** O Anexo que trata este artigo discriminará a Instituição a ser beneficiada, devendo conter no mínimo o nome e identificação completa do beneficiado.

**§ 2.º** É vedada a inclusão de dotações a título de auxílio para Instituições privadas, ressalvadas as de caráter assistencial, comunitária, médico, educacional e cultural, sem finalidade lucrativa, que definidas conforme caput deste artigo, e que tenham aprovadas as prestações de contas dos recursos recebidos.

**Art. 20.** Para atendimentos do art. 19 desta Lei, as Entidades privadas sem fins lucrativos deverão apresentar declaração emitida pelo Ministério Público Estadual no exercício de 2022, comprovando funcionamento regular no último ano, bem como o comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

**Art. 21.** A Lei Orçamentária Anual poderá conter dispositivo autorizando o Poder Executivo a abrir Créditos Suplementares, nos limites autorizados pelo Legislativo



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

Municipal.

**Parágrafo único.** Cópias dos Decretos de abertura de Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária deverão ser encaminhadas à Câmara Municipal junto com a Prestação de Contas Mensal, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, importando em crime de responsabilidade o não atendimento a este dispositivo.

**Art. 22.** As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na Lei Orçamentária.

**Art. 23.** A proposta orçamentária anual atenderá as Diretrizes Gerais e aos Princípios da Unidade, Universalidade e Anuidade, não podendo o montante da despesa fixada exceder à previsão da Receita para o exercício.

**Art. 24.** As receitas e despesas poderão ter seus valores corrigidos, em 01 de janeiro de 2023 por índice oficial, caso o índice de inflação do exercício de 2022 seja superior a 15% (quinze por cento).

**Art. 25.** O Município destinará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal.

**Art. 26.** O Município aplicará no mínimo 15% (quinze por cento) das receitas do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156, e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea "b" e § 3.º, todos da Constituição Federal, na saúde, em cumprimento a Emenda Constitucional n.º 29 de 13 de setembro de 2000.

**Art. 27.** A dotação destinada para Reserva de Contingência será fixada em montante não superior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida do exercício de 2023, e será utilizada para atender os passivos contingentes descritos no Anexo de Riscos Fiscais - Anexo III - desta Lei e outros riscos, e eventos fiscais que possam surgir no decorrer da execução orçamentária do exercício de 2023.

**Parágrafo único.** A proposta Orçamentária para o exercício de 2023 poderá conter, além da reserva de contingência destinada exclusivamente para atender riscos ou passivos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

fiscais, outra reserva de contingência destinada a atender possíveis eventualidades ou servir como fonte para abertura de Créditos Suplementares. As dotações fixadas para reserva de contingências deverão ser evidenciadas de forma distinta na proposta orçamentária.

**Art. 28.** Somente serão incluídas, na Lei Orçamentária para o exercício de 2023, dotações para pagamento com juros, encargos e amortização de dívidas decorrente de operações de crédito contratadas e autorizadas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei à Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2023, terá como limite máximo a folga resultante da combinação das Resoluções 40/01 e 43/01, do Senado Federal.

**Art. 29.** Será incluída no Orçamento, dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de Sentenças Judiciais transitadas em julgado, constantes de Precatórios Judiciais, desde que apresentadas ao Poder Executivo até 01 de julho do corrente ano.

**Art. 30.** A aplicação de recursos de royalties decorrentes de lei obedecerá ao disposto na lei federal n.º 7.990/1989.

### CAPÍTULO V

#### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

**Art. 31.** No exercício de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, poderão, mediante prévia autorização Legislativa, ser concedidas quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1.º A despesa total do Poder Executivo e Legislativo terá como limites para pessoal e encargos sociais, o disposto na Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 2.º Os Órgãos próprios do Poder Legislativo e do Poder Executivo assumirão em seus âmbitos as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3.º O saldo de caixa existente na Câmara Municipal de Rio Novo do Sul, ao final do exercício financeiro, deverá ser devolvido aos cofres do tesouro municipal nos termos do § 2º, do artigo 168 da Constituição Federal do Brasil.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

arrecadação, nos termos da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de Março de 1964, quanto à estimativa de receita constante do referido Projeto de Lei, os recursos correspondentes deverão ser incluídos por ocasião da tramitação do mesmo na Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** Caso a alteração mencionada no caput deste artigo ocorra posteriormente à aprovação da Lei pelo Poder Legislativo, os recursos correspondentes deverão ser objeto de autorização Legislativa.

### **CAPITULO VII DO REGIME DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA DA PROGRAMÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

**Art. 38.** A administração pública municipal tem o dever de executar as programações orçamentárias, por intermédio dos meios e das medidas necessárias, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

§ 1º O disposto no caput:

- I – Subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;
- II – Não se aplica nas hipóteses de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados; e
- III – Aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

§ 2º Para fins do disposto no caput, entende-se como programação orçamentária o detalhamento da despesa por função, subfunção, unidade orçamentária, programa, ação e subtítulo.

§ 3º O dever de execução a que se referem o caput deste artigo e o § 10 do art. 165 da Constituição Federal corresponde à obrigação do gestor de adotar as medidas necessárias para executar as dotações orçamentárias disponíveis, nos termos do disposto no § 2º, referentes a despesas primárias discricionárias, inclusive aquelas resultantes de alterações orçamentárias, e compreende:

- I – A realização do empenho até o termino do exercício financeiro, exceto na hipótese prevista no § 2º do art. 167 da Constituição Federal, em que deverá ser realizado até o término do exercício financeiro subsequente, observados os princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia, da efetividade e da economicidade; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

**II** – A liquidação e o pagamento, admitida a inscrição em restos a pagar regulamentada em ato do Poder Executivo municipal.

**§ 4º** O empenho abrangerá a totalidade ou a parcela da obra que possa ser executada no exercício financeiro ou dentro do prazo de validade dos restos a pagar.

**Art. 39.** Para fins do disposto no inciso II do § 11 do art. 165 e no § 13 do art. 166 da Constituição Federal, entende-se como impedimento de ordem técnica a situação ou o evento de ordem fática ou legal que obsta ou suspende a execução da programação orçamentária.

**§ 1º** O dever de execução das programações estabelecido no § 10 do art. 165 e no § 11 do art. 166 da Constituição Federal não impõe a execução de despesa no caso de impedimento de ordem técnica.

**§ 2º** São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica, sem prejuízo de outras posteriormente identificadas em ato do Poder Executivo municipal:

**I** – A ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;

**II** – A ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;

**III** – A não comprovação, por parte dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando a cargo do empreendimento após a sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para sua operação e sua manutenção;

**IV** – A não comprovação de que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para conclusão do projeto e de etapa útil, com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

**V** – A incompatibilidade com a política aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;

**VI** – A incompatibilidade do objeto da despesa com os atributos da ação orçamentária e do respectivo subtítulo; e

**VII** – Os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho dentro do exercício financeiro.

**Art. 40.** As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias primárias discricionárias serão elaboradas pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, e comporão os relatórios de prestação de contas anual do poder Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

### **CAPITULO VIII DAS PROGRAMAÇÕES INCLUÍDAS OU ACRESCIDAS POR EMENDAS**

**Art. 41.** Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2023, entendem-se como programações incluídas ou acrescidas por meio de emendas aqueles referentes às despesas primárias discricionárias classificadas com identificador de resultado primário.

**Art. 42.** É obrigatório a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa e observados os limites constitucionais, das programações decorrentes de emendas individuais (RP 6).

**§ 1º** Considera-se equitativa a execução das programações que observe critérios objetivos e imparciais, independentemente de sua autoria.

**§ 2º** A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 18 do art. 166 da Constituição Federal.

**§ 3º** Se for verificado que a reestimativa e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei, os montantes de execução obrigatória das programações poderão ser reduzidos até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

**§ 4º** As programações orçamentárias previstas nos §§ 11 e 12 do art. 166 da Constituição Federal não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica, hipótese em que se aplicará o disposto nos arts. 39 e 40.

**Art. 43.** As emendas individuais e coletivas somente poderão alocar recursos para programação de natureza discricionária.

**Art. 44.** Observado o disposto nesta Seção, os procedimentos e os prazos referentes às programações decorrentes de emendas serão definidos por ato próprio do Poder Executivo municipal, no prazo de quarenta e cinco dias, contado da data de publicação da Lei Orçamentária de 2023.

### **CAPITULO IX DAS PROGRAMAÇÕES INCLUÍDAS OU ACRESCIDAS POR EMENDAS INDIVIDUAIS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS § 9º E 11 DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

**Art. 45.** Em atendimento ao disposto no § 14 do art. 166 da Constituição Federal, com o fim de viabilizar a execução das programações incluídas por emendas individuais de execução obrigatória, serão observados os seguintes procedimentos e prazos:

**I** – Até quinze dias para que os autores de emendas individuais indiquem beneficiários e ordem de prioridade, contados da data de publicação da Lei Orçamentária ou da data de início da sessão legislativa de 2022, prevalecendo a data que ocorrer por último;

**II** – Até cento e dez dias para divulgação dos programas e das ações pelas concedentes, cadastramento e envio das propostas pelos proponentes, análise e ajustes das propostas e registro e divulgação de impedimento de ordem técnica, e publicidade das propostas em sítio eletrônico, contados do término do prazo previsto no inciso I;

**III** – Até dez dias para que os autores das emendas individuais solicitem o remanejamento para outras emendas de sua autoria, no caso de impedimento parcial ou total, ou para uma programação constante da Lei Orçamentária, no caso de impedimento total, contados do término do prazo previsto no inciso II;

**IV** – Até trinta dias para que o Poder Executivo municipal edite ato para promover os remanejamentos solicitados, contados do término do prazo previsto no inciso III; e

**V** – Até dez dias para que as programações remanejadas sejam registradas, contados do término do prazo previsto no inciso IV.

**§ 1º** Do prazo previsto no inciso II do caput deverão ser destinados, no mínimo, dez dias para o envio das propostas pelos beneficiários indicados pelos autores das emendas individuais.

**§ 2º** Caso haja necessidade de limitação de empenho e pagamento, em observância ao disposto no § 18 do art. 166 da Constituição Federal, os valores incidirão na ordem de prioridade definida pelos autores das emendas.

**§ 3º** Na abertura de crédito adicionais, não poderá haver redução do montante de recursos orçamentários destinados na Lei Orçamentária e nos seus créditos adicionais, por autor, relativos a ações e serviços públicos de saúde.

**§ 4º** Inexistindo impedimento de ordem técnica ou tão logo o óbice seja superado, deverão os órgãos e unidade adotar os meios e medidas necessários à execução das programações, observados os limites da programação orçamentária e financeira vigente.

**§ 5º** Observado o disposto no § 4º, a emissão da nota de empenho não deve superar o



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

prazo de até trinta dias, contado da data prevista no inciso II do caput.

**§ 6º** As emendas direcionadas às programações da Secretaria da Educação poderão alocar recursos para qualquer programação de custeio de natureza discricionária, inclusive quando destinadas a entidades privadas de natureza filantrópica, comunitária ou confessional, nos termos da lei.

### **CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 46.** Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta bimestral, nos termos do art. 9.º da Lei Complementar n.º 101/2000, o Chefe do Poder Executivo definirá percentuais específicos para contingenciamento das dotações de projetos, atividades e operações especiais.

**§ 1.º** Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações Constitucionais e legais do Município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

**§ 2.º** Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará os demais Poderes, acompanhado da memória de cálculo, das premissas, dos parâmetros e da justificação do ato, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

**§ 3.º** O Poder Executivo demonstrará, em até 30 (trinta) dias perante o Poder Legislativo, a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes decretados.

**§ 4.º** No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

- I** - Com pessoal e encargos patronais, desde que estejam observados os limites de gastos com pessoal da LRF; e
- II** - Com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da LC n.º 101/2000.

**Art. 47.** Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 não seja sancionada até 31 de dezembro de 2022, o Município executará o orçamento aprovado para o exercício de 2022 em 2023, nos termos do Art. 41 desta Lei.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

**§ 1.º** Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao Projeto de Lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais.

**§ 2.º** Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, podendo ser movimentadas sem restrições, as dotações para atender despesas com:

**I** - Pessoal e encargos sociais;

**II** - Pagamento de benefícios previdenciários;

**III** - Pagamento de serviço da dívida;

**IV** - Pagamento de compromissos correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social; e

**V** - Os projetos e atividades em execução em 2023, financiados com recursos oriundos de convênios, operação de créditos internos e externos, inclusive a contrapartida prevista.

**Art. 48.** Em consonância com o que dispõe a alínea “e”, inciso I, art. 4.º, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de Maio de 2000, a Administração Pública Municipal desenvolverá sistema de controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários.

**Art. 49.** Caso o Projeto de Lei referente à proposta orçamentária anual não seja aprovado até o término da Sessão Legislativa, a Câmara Municipal, após ser convocada extraordinariamente, incluirá a proposição na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, até que ultime a votação, aprovando-o ou rejeitando-o.

**Art. 50.** Caso o Projeto de Lei encaminhado para apreciação do Legislativo Municipal for rejeitado em sua totalidade o Município executará o orçamento aprovado para o exercício de 2022 em 2023, tendo seus valores originalmente aprovados e corrigidos pela inflação do ano de 2022, sendo este aberto por Decreto Municipal.

**Art. 51.** O Poder Executivo poderá firmar Convênio com outras esferas de Governo e Entidades Filantrópicas, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas da Educação, Cultura, Saúde, Saneamento, Assistência Social, Agropecuária, Habitação, Agricultura, Esporte, Segurança, Turismo e Transportes, mediante prévia autorização do Poder Legislativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

**Art. 52.** O Poder Executivo poderá celebrar Convênios e/ou Termo de Cooperação Técnica com Consórcios Intermunicipais que visem o desenvolvimento do Município, desde que sejam aprovados através de Lei Específica.

**Art. 53.** O Poder Executivo nos termos da Constituição Federal e mediante prévia autorização legislativa, poderá:

**I** - Realizar operações de crédito até o limite estabelecido na lei, inclusive alienação de bens móveis e imóveis;

**II** - Realizar operações de crédito por antecipação de receita, nos termos da legislação em vigor;

**III** - Abrir crédito suplementar e adicional, desde que com indicação dos recursos correspondentes;

**IV**- Transpor, remanejar ou transferir recursos, para cobertura de Créditos Adicionais de que se trata o inciso III.

**Parágrafo único.** A reabertura de Créditos Especiais e Extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2.º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal.

**Art. 54.** Para os efeitos do § 3.º do art. 16, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de Maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse para bens e serviços os limites dos incisos I e II do art. 24, da Lei n.º 8.666, de 02 de Junho de 1993.

**Art. 55.** O Poder Executivo publicará, no prazo de 30 (trinta) dias após a aprovação da Lei Orçamentária Anual, no Órgão Oficial do Município e/ou outra adotada pelo Município, o quadro de detalhamento da Despesa - QDD, discriminado a despesa por elemento, conforme unidade orçamentária e respectivos projetos e atividades.

**Art. 56.** Nos termos dos arts. 8.º e 13 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de Maio de 2000, o Poder Executivo deverá elaborar e publicar até (30) trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2023, o cronograma anual de desembolso mensal elaborado por no mínimo grupo de despesa, bem como as metas bimestrais de arrecadação.

**Art. 57.** Através de ato próprio, o Poder Executivo poderá editar normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, conforme estabelece o art. 4.º da Lei Complementar n.º 101/2000.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL

**Art. 58.** Durante o exercício de 2023, o Poder Executivo observará na execução orçamentária, financeira e patrimonial, as regras do Controle Interno conforme estabelece o art. 74 da Constituição Federal e os termos do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, bem como em total observância as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

**Art. 59.** O Poder Executivo poderá, mediante prévia autorização legislativa, promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder Público Municipal.

**Art. 60.** O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao Poder Legislativo, Projeto de Lei propondo alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 e na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023, com o objetivo de adequação das metas e prioridades da Administração Pública Municipal com o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025.

**Parágrafo único.** As alterações mencionadas no caput deste artigo poderão ocorrer durante o exercício financeiro de 2023, compreendendo os Poderes do Município, seus Fundos e Órgãos mantidos pelo Poder Público.

**Art. 61.** O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais.

**Art. 62.** O Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal os balancetes bimestrais da Execução Orçamentária da Receita e da Despesa, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, importando em crime de responsabilidade o não atendimento a este dispositivo.

**Art. 63.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

Rio Novo do Sul (ES), 19 de julho de 2022.

**JOCENEI MARCONCINI CASTELARI**  
*Prefeito Municipal*

*Lei de autoria do Poder Executivo.*





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL/ES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2023

Demonstrativo I  
LRF, art. 4º, § 1

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / PIB)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total	58.000.000,00	56.060.313,16	0,038	0,352	61.500.000,00	57.599.910,09	0,040	0,361	65.200.000,00	59.183.414,12	0,041	0,038
Receitas Primárias (I)	51.200.000,00	49.487.724,72	0,034	0,311	54.300.000,00	50.856.505,98	0,035	0,319	57.600.000,00	52.284.733,95	0,037	0,033
Despesa Total	58.000.000,00	56.060.313,16	0,038	0,352	61.500.000,00	57.599.910,09	0,040	0,361	65.200.000,00	59.183.414,12	0,041	0,038
Despesas Primária (II)	52.300.000,00	50.550.937,56	0,035	0,318	55.500.000,00	51.980.406,66	0,036	0,326	58.850.000,00	53.419.385,29	0,037	0,034
Resultado Primário (III)=(I – II)	-1.100.000,00	-1.063.212,84	-0,001	-0,007	-1.200.000,00	-1.123.900,68	-0,001	-0,007	-1.250.000,00	-1.134.651,34	0,001	-0,001
Resultado Nominal	7.600.000,00	7.345.834,14	0,005	0,046	7.400.000,00	6.930.720,89	0,005	0,043	7.100.000,00	6.444.819,64	0,005	0,004
Dívida Pública Consolidada	3.000.000,00	2.899.671,37	0,002	0,018	2.800.000,00	2.622.434,93	0,002	0,016	2.400.000,00	2.178.530,58	0,002	0,001
Dívida Consolidada Líquida	-4.200.000,00	-4.059.539,92	-0,003	-0,026	-4.500.000,00	-4.214.627,57	-0,003	-0,026	-4.100.000,00	-3.721.656,41	0,003	-0,002



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

Nota:

O Cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico.

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	1,57	2,15	2,07
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	8,95	8,95	8,95
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,37	5,28	5,27
Inflação Média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	3,46	3,20	3,18
Projeção do PIB do Estado em - R\$ milhares	150.765.000.000,00	154.007.000.000,00	157.195.000.000,00
Receita Corrente Líquida	16.463.000.000,00	17.033.000.000,00	17.578.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2023	2024	2025
Valor Corrente 1,03460	Valor Corrente 1,06771	Valor Corrente 1,10166

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul/ES  
Rio Novo do Sul-ES 13 de abril de 2022

JOCENEI MARCONCINI  
CASTELARI:08365642786

Assinado de forma digital por JOCENEI  
MARCONCINI CASTELARI:08365642786  
Dados: 2022.04.13 08:35:07 -03'00'

**Jocenei Marconcini Castelari**  
**Prefeito Municipal**

Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul-ES  
Rua Fernando de Abreu, 18 - Centro - Rio Novo do Sul-ES CEP 29400-000  
Tel.: (28) 3533-1120/1366



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO  
MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL/ES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2023

Demonstrativo II

LRF, art. 4º, §2º, inciso I

1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor a)	( c) = (b- (c/a) x 100
Receita Total	44.138.250,00	0,035	0,388	54.222.368,64	0,043	0,477	10.084.118,64	22,85
Receita Primária (I)	44.144.843,43	0,035	-0,388	50.862.125,81	0,040	-0,447	6.717.282,38	15,22
Despesa Total	44.138.250,00	0,035	-0,388	49.216.405,46	0,039	-0,433	5.078.155,46	11,51
Despesa Primária (II)	39.756.904,68	0,031	-0,350	43.735.160,38	0,034	-0,385	3.978.255,70	10,01
Resultado Primário(III)=(I-II)	4.387.938,75	0,003	-0,039	7.126.965,43	0,006	-0,063	2.739.026,68	62,42
Resultado Nominal	8.770.643,83	0,007	-0,077	5.038.548,84	0,004	-0,044	-3.732.094,99	-42,55
Dívida Pública Consolidada	1.600.000,00	0,001	-0,014	929.525,35	0,001	-0,008	-670.474,65	-41,90
Dívida Consolidada Líquida	-2.600.000,00	-0,002	0,023	-17.308.524,11	-0,014	0,152	-14.708.524,11	565,71

FONTE:

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul/ES

Rio Novo do Sul-ES 13 de abril de 2022

JOCENEI MARCONCINI  
CASTELARI:08365642786

Assinado de forma digital por  
JOCENEI MARCONCINI  
CASTELARI:08365642786  
Dados: 2022.04.13 08:35:26 -03'00'

Jocenei Marconcini Castelari  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul-ES  
Rua Fernando de Abreu, 18 - Centro - Rio Novo do Sul-ES CEP 29400-000  
Tel.: (28) 3533-1120/1366



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

**MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL/ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2023**

Demonstrativo III

LRF, art.4º, §2º, inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	48.633.927,98	54.222.368,64	11,491	53.034.438,83	-2,191	58.000.000,00	9,363	61.500.000,00	6,034	65.200.000,00	6,016
Receitas Primária (I)	43.061.867,97	50.862.125,81	18,114	51.264.837,96	0,792	51.200.000,00	-0,126	54.300.000,00	6,055	57.600.000,00	6,077
Despesa Total	41.251.894,05	49.216.405,46	19,307	53.034.438,83	7,758	58.000.000,00	9,363	61.500.000,00	6,034	65.200.000,00	6,016
Despesas Primária (II)	37.836.216,85	43.735.160,38	15,591	52.149.211,55	19,239	52.300.000,00	0,289	55.500.000,00	6,119	58.850.000,00	6,036
Resultado Primário (I – II)	5.225.651,12	7.126.965,43	36,384	-884.373,59	112,409	-1.100.000,00	24,382	-1.200.000,00	9,091	-1.250.000,00	4,167
Resultado Nominal	2.656.928,35	5.038.548,84	89,638	1.654.512,48	-67,163	7.600.000,00	359,350	7.400.000,00	-2,632	7.100.000,00	-4,054
Dívida Pública Consolidada	486.807,72	929.525,35	90,943	2.600.000,00	179,713	3.000.000,00	15,385	2.800.000,00	-6,667	2.400.000,00	14,286
Dívida Consolidada Líquida	-12.768.783,19	-17.308.524,11	35,553	-3.200.000,00	-81,512	-4.200.000,00	31,250	-4.500.000,00	7,143	-4.100.000,00	-8,889



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	53.813.441,31	58.820.425,50	9,304	59.838.757,33	1,731	60.006.800,00	0,281	65.664.165,00	9,428	71.828.232,00	9,387
Receitas Primária (I)	47.647.956,91	55.175.234,08	15,798	57.842.116,67	4,833	52.971.520,00	-8,421	57.976.653,00	9,449	63.455.616,00	9,450
Despesa Total	45.645.220,77	53.389.956,64	16,967	59.838.757,33	12,079	60.006.800,00	0,281	65.664.165,00	9,428	71.828.232,00	9,387
Despesas Primária (II)	41.865.773,94	47.443.901,98	13,324	58.839.955,39	24,020	54.109.580,00	-8,039	59.257.905,00	9,515	64.832.691,00	9,408
Resultado Primário (I – II)	5.782.182,96	7.731.332,10	33,710	-997.838,72	112,906	-1.138.060,00	14,052	-1.281.252,00	12,582	-1.377.075,00	7,479
Resultado Nominal	2.939.891,22	5.465.817,78	85,919	1.866.786,43	-65,846	7.862.960,00	321,203	7.901.054,00	0,484	7.821.786,00	-1,003
Dívida Pública Consolidada	538.652,74	1.008.349,10	87,198	2.933.580,00	190,929	3.103.800,00	5,802	2.989.588,00	-3,680	2.643.984,00	11,560
Dívida Consolidada Líquida	-14.128.658,60	-18.776.286,95	32,895	-3.610.560,00	-80,771	-4.345.320,00	20,350	-4.804.695,00	10,572	-4.516.806,00	-5,992

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO						
Exercícios	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Índices	4,25	4,56	4,40	4,40	4,65	4,72
VALORES DE REFERÊNCIA						
Valor Corrente x (Valor Referência)	1,10650	1,08480	1,12830	1,03460	1,06771	1,10166

Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE:

Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul/ES  
Rio Novo do Sul-ES 13 de abril de 2022

JOCENEI MARCONCINI  
CASTELARI:08365642786

Assinado de forma digital por JOCENEI  
MARCONCINI CASTELARI:08365642786  
Dados: 2022.04.13 08:35:43 -03'00'

Jocenei Marconcini Castelari  
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul-ES  
Rua Fernando de Abreu, 18 - Centro - Rio Novo do Sul-ES CEP 29400-000  
Tel.: (28) 3533-1120/1366



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO  
MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL/ES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2023

Demonstrativo IV

PREFEITURA-CONSOLIDADO						
LRF, art.4º, §2º, inciso III						R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital-ARL	82.754.446,05	100,00	73.045.599,72	100,00	21.739.409,57	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>82.754.446,05</b>	<b>100,00</b>	<b>73.045.599,72</b>	<b>100,00</b>	<b>21.739.409,57</b>	<b>100,00</b>

  

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Passivo Real a Descoberto	-596.753,87	100,00	297.873,59	100,00	207.192,81	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-596.753,87</b>	<b>100,00</b>	<b>297.873,59</b>	<b>100,00</b>	<b>207.192,81</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Rio Novo do Sul)

Rio Novo do Sul-ES 13 de abril de 2022

JOCENEI MARCONCINI Assinado de forma digital por  
JOCENEI MARCONCINI  
CASTELARI:083656427 CASTELARI:08365642786  
86 Dados: 2022.04.13 08:35:56  
-03'00'

**Jocenei Marconcini Castelari**  
**Prefeito Municipal**

Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul-ES  
Rua Fernando de Abreu, 18 - Centro - Rio Novo do Sul-ES CEP 29400-000  
Tel.: (28) 3533-1120/1366



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO  
MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL/ES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2023

Demonstrativo V

LRF, art.4º, §2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - I	613.301,00	0,00	422.400,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	613.301,00	0,00	422.400,00
Alienação de Bens Móveis	613.301,00	0,00	422.400,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (I)</b>	<b>613.301,00</b>	<b>0,00</b>	<b>422.400,00</b>

DESPESAS LIQUIDADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS REC. ALIENAÇÃO DE ATIVOS-II	242.633,19	90.791,51	59.322,48
DESPESAS DE CAPITAL	242.633,19	90.791,51	59.322,48
Investimentos	242.633,19	90.791,51	59.322,48
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (II)</b>	<b>242.633,19</b>	<b>90.791,51</b>	<b>59.322,48</b>
	<b>(g) = (I a - II d)+(III h)</b>	<b>(h) = (I b - II e)+(III i)</b>	<b>(i) = (I c - II f)</b>
<b>SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III)</b>	<b>642.953,82</b>	<b>272.286,01</b>	<b>363.077,52</b>

FONTE:

Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Rio Novo do Sul)

Rio Novo do Sul-ES 13 de abril de 2022

JOCENEI MARCONCINI  
CASTELARI:08365642786

Assinado de forma digital por JOCENEI  
MARCONCINI CASTELARI:08365642786  
Data: 2022.04.13 09:36:11 -03'00'

**Jocenei Marconcini Castelari**  
**Prefeito Municipal**

Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul-ES  
Rua Fernando de Abreu, 18 - Centro - Rio Novo do Sul-ES CEP 29400-000  
Tel.: (28) 3533-1120/1366



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL-ES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS  
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>			
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
RECEITAS CORRENTES (I)	7.198.670,44	6.587.267,11	4.017.358,65
Receita de Contribuições dos Segurados	1.371.527,72	1.091.671,32	1.186.452,83
Civil	1.371.527,72	1.091.671,32	1.186.452,83
Ativo	1.371.527,72	1.091.671,32	1.186.452,83
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.566.924,68	1.727.874,40	1.648.478,41
Civil	1.566.924,68	1.727.874,40	1.648.478,41
Ativo	1.566.924,68	1.727.874,40	1.648.478,41
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	4.242.770,47	3.726.035,85	1.171.090,40
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	4.242.770,47	3.726.035,85	1.171.090,40
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	17.447,57	41.685,54	11.337,01
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aporte Periódico para amortização do déficit atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	17.447,57	41.685,54	11.337,01
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	<b>7.198.670,44</b>	<b>6.587.267,11</b>	<b>4.017.358,65</b>

<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
ADMINISTRAÇÃO (IV)	242.022,84	158.450,60	175.660,01
Despesas Correntes	242.022,84	158.450,60	172.891,01
Despesas de Capital	0,00	0,00	2.769,00
PREVIDÊNCIA (V)	3.244.124,69	3.664.566,51	3.995.042,37
Benefícios - Civil	3.244.124,69	3.664.566,51	3.995.042,37
Aposentadorias	2.646.665,37	2.995.414,14	3.257.750,94
Pensões	597.459,32	669.152,37	737.291,43
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>3.486.147,53</b>	<b>3.823.017,11</b>	<b>4.170.702,38</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>3.712.522,91</b>	<b>2.764.250,00</b>	<b>-153.343,73</b>
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
VALOR			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
VALOR			
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS	188.518,10	123.638,84	193.648,87
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	1.818.652,63	2.154.427,64	2.483.434,99
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)</b>			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)</b>			



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X – XIII)</b>			
--	--	--	--

<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>Receitas Previdenciárias (a)</b>	<b>Despesas Previdenciárias (b)</b>	<b>Resultado Previdenciário (c) = (a-b)</b>	<b>Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)</b>
2021	0,00	0,00	0,00	21.651.000,24
2022	2.764.804,93	415.854,43	2.348.950,50	23.999.950,74
2023	3.076.919,48	632.750,21	2.444.169,27	26.444.120,01
2024	3.247.928,40	663.406,09	2.584.522,31	29.028.642,32
2025	3.449.816,92	760.701,95	2.689.114,97	31.717.757,29
2026	3.653.113,24	911.482,00	2.741.631,24	34.459.388,53
2027	3.912.474,60	1.030.065,73	2.882.408,87	37.341.797,40
2028	4.142.401,40	1.163.439,70	2.978.961,70	40.320.759,10
2029	4.368.419,35	1.237.663,14	3.130.756,21	43.451.515,31
2030	4.627.758,81	1.357.148,06	3.270.610,75	46.722.126,06
2031	4.884.787,63	1.451.932,20	3.432.855,43	50.154.981,49
2032	5.136.018,31	1.532.710,26	3.603.308,05	53.758.289,54



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

2033	5.396.780,17	1.641.354,10	3.755.426,07	57.513.715,61
2034	5.668.866,48	1.801.461,58	3.867.404,90	61.381.120,51
2035	5.792.058,84	2.015.882,39	3.776.176,45	65.157.296,96
2036	6.019.427,38	2.264.071,19	3.755.356,19	68.912.653,15
2037	6.279.102,17	2.497.037,41	3.782.064,76	72.694.717,91
2038	6.524.757,75	2.785.377,49	3.739.380,26	76.434.098,17
2039	6.747.519,88	2.919.585,14	3.827.934,74	80.262.032,91
2040	6.964.847,71	3.063.340,15	3.901.507,56	84.163.540,47
2041	7.198.637,90	3.290.787,56	3.907.850,34	88.071.390,81
2042	7.426.875,27	3.599.837,07	3.827.038,20	91.898.429,01
2043	7.639.837,14	3.848.471,42	3.791.365,72	95.689.794,73
2044	7.847.568,07	4.028.316,20	3.819.251,87	99.509.046,60
2045	8.058.705,71	4.254.874,83	3.803.830,88	103.312.877,48
2046	8.277.995,14	4.559.281,39	3.718.713,75	107.031.591,23
2047	8.480.015,77	4.749.076,22	3.730.939,55	110.762.530,78
2048	8.684.799,70	4.937.719,37	3.747.080,33	114.509.611,11
2049	8.886.581,25	5.052.666,34	3.833.914,91	118.343.526,02
2050	9.089.572,22	5.137.480,00	3.952.092,22	122.295.618,24
2051	9.307.780,33	5.291.596,10	4.016.184,23	126.311.802,47
2052	9.519.823,39	5.372.486,40	4.147.336,99	130.459.139,46
2053	9.742.607,32	5.511.783,53	4.230.823,79	134.689.963,25
2054	9.969.534,72	5.666.005,76	4.303.528,96	138.993.492,21
2055	10.185.614,70	5.730.503,71	4.455.110,99	143.448.603,20
2056	10.422.840,97	5.791.825,41	4.631.015,56	148.079.618,76
2057	10.680.751,32	6.018.310,56	4.662.440,76	152.742.059,52



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

2058	10.914.138,05	6.099.182,71	4.814.955,34	157.557.014,86
2059	11.155.712,85	6.135.277,27	5.020.435,58	162.577.450,44
2060	11.418.562,16	6.235.299,21	5.183.262,95	167.760.713,39
2061	11.690.158,66	6.398.089,70	5.292.068,96	173.052.782,35
2062	11.946.219,74	6.425.785,10	5.520.434,64	178.573.216,99
2063	12.228.647,78	6.548.884,99	5.679.762,79	184.252.979,78
2064	12.507.703,78	6.569.478,04	5.938.225,74	190.191.205,52
2065	12.814.557,84	6.677.195,93	6.137.361,91	196.328.567,43
2066	13.114.607,90	6.711.798,91	6.402.808,99	202.731.376,42
2067	13.435.149,26	6.755.539,11	6.679.610,15	209.410.986,57
2068	13.767.296,69	6.799.642,32	6.967.654,37	216.378.640,94
2069	14.106.531,57	6.744.573,87	7.361.957,70	223.740.598,64
2070	14.484.205,39	6.816.505,70	7.667.699,69	231.408.298,33
2071	14.852.840,52	6.772.840,23	8.080.000,29	239.488.298,62
2072	15.257.223,50	6.771.091,74	8.486.131,76	247.974.430,38
2073	15.679.765,53	6.776.605,82	8.903.159,71	256.877.590,09
2074	16.116.226,01	6.760.542,98	9.355.683,03	266.233.273,12
2075	16.585.792,48	6.838.124,92	9.747.667,56	275.980.940,68
2076	17.054.276,04	6.795.429,15	10.258.846,89	286.239.787,57
2077	17.555.570,09	6.734.989,39	10.820.580,70	297.060.368,27
2078	18.091.662,90	6.688.244,89	11.403.418,01	308.463.786,28
2079	18.653.616,06	6.643.380,02	12.010.236,04	320.474.022,32
2080	19.243.532,06	6.598.961,10	12.644.570,96	333.118.593,28
2081	19.864.501,23	6.529.841,69	13.334.659,54	346.453.252,82
2082	20.523.778,39	6.495.581,58	14.028.196,81	360.481.449,63



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

2083	21.206.687,81	6.441.595,78	14.765.092,03	375.246.541,66
2084	21.930.878,49	6.345.882,77	15.584.995,72	390.831.537,38
2085	22.701.478,25	6.281.603,03	16.419.875,22	407.251.412,60
2086	23.506.449,99	6.210.252,52	17.296.197,47	424.547.610,07
2087	24.359.827,48	6.159.455,11	18.200.372,37	442.747.982,44
2088	25.255.743,58	6.090.997,42	19.164.746,16	461.912.728,60
2089	26.197.819,15	6.010.004,73	20.187.814,42	482.100.543,02
2090	27.194.332,15	5.947.604,68	21.246.727,47	503.347.270,49
2091	28.232.523,69	5.859.544,55	22.372.979,14	525.720.249,63
2092	29.332.156,72	5.771.804,10	23.560.352,62	549.280.602,25
2093	30.491.059,74	5.686.921,65	24.804.138,09	574.084.740,34
2094	31.714.600,10	5.615.380,67	26.099.219,43	600.183.959,77
2095	32.999.458,03	5.534.113,72	27.465.344,31	627.649.304,08
2096	34.357.055,99	5.465.534,18	28.891.521,81	656.540.825,89

**FONTE:**

**Demonstrativos das PCA's (Prestações de Contas Anuais do Município de Rio Novo do Sul)**  
Rio Novo do Sul-ES 13 de abril de 2022

JOCENEI MARCONCINI Assinado de forma digital por  
CASTELARI:083656427 JOCENEI MARCONCINI  
86 CASTELARI:08365642786  
Dados: 2022.04.13 08:36:30 -03'00'

**Jocenei Marconcini Castelari**  
**Prefeito Municipal**





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO  
MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL/ES  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2023

Demonstrativo VII  
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

SETORES/PROGRAMAS/ /BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	
	Tributo/Contribuição	2023	2024		2025
IPTU		22.000,00	23.500,00	25.000,00	Vide Nota Explicativa em Anexo.
ITBI		0,00	0,00	0,00	
ISS		0,00	0,00	0,00	
Taxas		0,00	0,00	0,00	
Cont. de Melhoria		0,00	0,00	0,00	
Multas e Juros - REFIS		0,00	0,00	0,00	
Dívida Ativa		0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	

**FONTE:** Demonstrativos de arrecadação de tributos do município de Rio Novo do Sul/ES.

**NOTA EXPLICATIVA:** Informamos que a Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul, atendo ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF e inciso I do art. 14 da referida Lei, estará prevendo os valores a serem concedidos de desconto pelo pagamento antecipado do IPTU na estimativa de receita constante da Lei Orçamentária Anual de 2023, sendo que o referido desconto não comprometerá as metas e resultados fiscais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentária, nos termos do inciso I do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, ressaltamos que o valor da compensação do desconto do pagamento antecipado, será devidamente inserido na previsão de receita do município para 2023.

Rio Novo do Sul-ES 13 de abril de 2022

JOCENEI MARCONCINI  
CASTELARI:08365642786

Assinado de forma digital por JOCENEI  
MARCONCINI CASTELARI:08365642786  
Dados: 2022.04.13 08:36:45 -03'00'

**Jocenei Marconcini Castelari**  
**Prefeito Municipal**



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

**MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL/ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
**2023**

Demonstrativo VIII

LRF, art. 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

<b>EVENTO</b>	<b>Valor Previsto 2023</b>
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	<b>4.965.561,17</b>
<b>(-) Transferências constitucionais</b>	<b>2.900.000,00</b>
<b>(-) Transferências ao FUNDEB</b>	<b>1.100.000,00</b>
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	<b>965.561,17</b>
<b>Redução Permanente de Despesa (II)</b>	<b>0,00</b>
<b>Margem Bruta (III) = (I+II)</b>	<b>965.561,17</b>
<b>Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)</b>	<b>0,00</b>
<b>Impacto de Novas DOCC</b>	<b>0,00</b>
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)</b>	<b>965.561,17</b>

**FONTE:**

**Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Rio Novo do Sul/ES**

Rio Novo do Sul-ES 13 de abril de 2022

JOCENEI MARCONCINI | Assinado de forma digital por  
CASTELARI:0836564278 | JOCENEI MARCONCINI  
6 | CASTELARI:08365642786  
Dados: 2022.04.13 08:41:30 -03'00'

**Jocenei Marconcini Castelari**  
**Prefeito Municipal**



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

**MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL/ES**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
**2023**

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	160.000,00	Abertura de Créditos Adicionais	160.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>160.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>160.000,00</b>



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL = ES  
Rua Fernando de Abreu nº 18 - CENTRO

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>160.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>160.000,00</b>

**FONTE:**

O aumento do salário mínimo federal, implicará negativamente nas contas públicas do município, uma vez que irá atingir uma faixa maior da tabela padrão salarial da Prefeitura Municipal. Além disso, a possibilidade de correção da tabela de padrão salarial da prefeitura irá aumentar as despesas correntes do município, apesar de não ultrapassarem o limite de gastos com pessoal estabelecido pelos art. 19 e 20 da Lei 101/00.

Rio Novo do Sul-ES 13 de abril de 2022

JOCENEI MARCONCINI Assinado de forma digital por  
CASTELARI:08365642 JOCENEI MARCONCINI  
CASTELARI:08365642786  
786 Dados: 2022.04.13 08:37:01 -03'00'

**Jocenei Marconcini Castelari**  
**Prefeito Municipal**

Ação

☛ **Órgão : 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL**

- 1.020 - CONSTRUÇÃO DA RAMP A E/OU INSTALAÇÃO DE ELEVADOR
- 2.89 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO
- 2.90 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FGTS, IPASNOSUL E INSS
- 2.91 - MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS INTEGRADOS E GESTÃO PÚBLICA E PORTAL DE TRANSPARÊNCIA
- 2.92 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - CMRNS

☛ **Órgão : 02 - GABINETE DO PREFEITO**

- 1.057 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA DO MUNICIPIO (PREFEITURA)
- 2.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
- 2.100 - CONTRIBUIÇÃO PARA AMUNES E CNM
- 2.003 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL

☛ **Órgão : 03 - PROCURADORIA**

- 2.005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA MUNICIPAL

☛ **Órgão : 04 - CONTROLE INTERNO**

- 2.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO

☛ **Órgão : 05 - SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO**

- 2.007 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO
- 1.004 - REESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

☛ **Órgão : 06 - SEC MUN FINANÇAS**

- 1.047 - RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO DO MUNICIPIO
- 2.008 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC MUN DE FINANÇAS
- 1.005 - REESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO
- 2.102 - RESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO E ARRECADAÇÃO
- 2.009 - PAGAMENTO DE ENCARGOS E DA DÍVIDA PÚBLICA
- 9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

☛ **Órgão : 07 - SEC MUN DE EDUCAÇÃO**

- 2.014 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC MUN DE EDUCAÇÃO
- 2.017 - AUXÍLIO A ENTIDADES DIVERSAS
- 2.015 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEC MUN DE EDUCAÇÃO
- 2.18 - REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 2.19 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ENSINO FUNDAMENTAL

## Ação

- 2.20 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 2.21 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA e MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 2.23 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 2.24 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 2.25 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 2.26 - REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DO ENSINO INFANTIL
- 2.27 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ENSINO INFANTIL
- 1.022 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES E ESCOLAS ENSINO INFANTIL
- 2.26 - REMUNERAÇÃO DOS DEMAIS PROFISSIONAIS DO ENSINO INFANTIL
- 2.27 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ENSINO INFANTIL
- 2.28 - MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL
- 2.29 - AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL
- 2.31 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO INFANTIL
- 2.32 - MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL
- 2.33 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL

### Órgão : 08 - SEC MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 2.34 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- 2.35 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
- 2.36 - MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - CRAS
- 2.41 - MANUT.DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE- PAEFI -CREAS.
- 2.42 - MANUTENÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE (ABRIGO INSTITUCIONAL)
- 2.039 - MANUTENÇÃO DO IGD SUAS
- 2.038 - MANUTENÇÃO DO IGD BOLSA FAMÍLIA
- 2.043 - MANUTENÇÃO DS PROGRAMAS ESPECÍFICOS
- 2.037 - MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

### Órgão : 09 - SEC MUN DE OBRAS, TRANSPORTE E SERV URBANOS

- 2.046 - AUXÍLIO FINANCEIRO À ASCARENOVO
- 2.044 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC MUN DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV URBANOS
- 2.052 - MANUTENÇÃO E REFORMA DE MUROS DE CONTENÇÃO EM ÁREAS DE RISCO
- 1.050 - REFORMA DA PRAÇA CENTRAL DA CIDADE
- 2.096 - DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
- 2.098 - MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DA CIDADE
- 1.044 - AQUISIÇÃO DE COLETOR COMPACTADOR DE LIXO
- 2.048 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA / COLETA DE LIXO
- 2.50 - REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
- 2.51 - MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA
- 2.053 - MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

## Ação

- 1.008 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESGOTO
- 2.54 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ÁGUA POTÁVEL
- 2.55 - MANUTENÇÃO E REFORMA DE FOSSAS
- 2.109 - MANUTENÇÃO DE REDES COLETORA DE ESGOTO DO MUNICIPIO
- 2.049 - MANUTENÇÃO DA REDE DE ESGOTO
- 1.052 - AQUIS. DE EQUIPAMENTOS MECANIZADOS (MÁQUINAS E CAMINHOS)
- 2.047 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SEC MUN DE OBRAS,TRANSPORTE E SERV URBANOS
- 2.105 - MANUT. SEC OBRAS, CENTRO DE MANUTENÇÃO E OFIC. MECANICA

### ☛ Órgão : 10 - SEC MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- 2.057 - MANUTENÇÃO DA SEC MUN DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
- 1.013 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE REFLORESTAMENTO DAS NASCENTES E MANANCIAS
- 1.054 - IMPL. PROJ. REFLOREST.NAS NASCENTES E MANANCIAS DO MUNICIPIO
- 2.062 - MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS E ATIVIDADES VOLTADAS PARA O CONTROLE AMBIENTAL
- 1.021 - AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA
- 1.053 - PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS DO INTERIOR DO MUNICIPIO
- 2.056 - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS, PONTES E BUEIROS
- 2.59 - AUXÍLIO FINANCEIRO PARA ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS
- 2.60 - MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL E AQUISIÇÃO DE MUDAS E SEMENTES
- 2.61 - MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL
- 2.058 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

### ☛ Órgão : 11 - SEC MUN ESPORTE, CULTURA, LAZER E TURISMO

- 2.063 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC MUN DE ESPORTE, LAZER E TURISMO
- 2.065 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CULTURAIS
- 2.103 - TRANSFERÊNCIA A INSTITUIÇÃO PRIVADA
- 2.104 - PROMOÇÃO FEST.PROJ. ARTISTICOS, CULTURAIS E FOLCLÓRICOS
- 2.067 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA O TURISMO
- 1.049 - REFORMA E CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICIPIO
- 1.055 - CONSTRUÇÃO DE QUADRAS DE ESPORTE NO MUNICIPIO
- 2.064 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS PARA O ESPORTE
- 2.106 - MANUTENÇÃO DAS QUADRAS E UNIDADES DE ESPORTES DO MUNICIPIO

### ☛ Órgão : 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- 2.068 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC MUN DE SAÚDE
- 1.056 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE
- 2.071 - PRECATÓRIOS E/OU SENTENÇAS JUDICIAIS
- 2.069 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
- 2.073 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Ação

- 2.74 - CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE
- 2.75 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA
- 2.76 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS
- 2.77 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA
- 2.80 - MANUTENÇÃO DOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
- 2.81 - MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO DE SAÚDE
- 2.82 - GESTÃO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
- 2.83 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE
- 2.84 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
- 2.86 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
- 2.87 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E EPIDEMIOLÓGICA
- 2.099 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE COMBATE AO COVID-19

☛ **Órgão : 13 - IPASNOSUL - TAXA ADMINISTRATIVA**

- 2.107 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO RPPS
- 9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

☛ **Órgão : 14 - IPASNOSUL - FUNDO FINANCEIRO**

- 0.024 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS - FUNDO FINANCEIRO

☛ **Órgão : 15 - IPASNOSUL - FUNDO PREVIDENCIÁRIO**

- 0.025 - PAGAMENTO DE INATIVOS E PENSIONISTAS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO
- 9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

☛ **Órgão : 16 - SEC MUN PLANEJAMENTO**

- 2.011 - ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO/ELABORAÇÃO DE PROJETOS
- 2.108 - MANUTENÇÃO DA SEC MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

JOCENEI  
MARCONCINI  
CASTELARI:0836564  
2786

Assinado de forma digital  
por JOCENEI MARCONCINI  
CASTELARI:08365642786  
Dados: 2022.04.13  
08:11:57 -03'00'